



## ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

1 Ata da Assembleia geral extraordinária da Associação dos Docentes da Universidade  
2 Estadual do Sudoeste da Bahia - ADUSB, realizada aos três dias do mês de dezembro  
3 de dois mil e quinze, iniciada às 09 horas e 30 minutos no anfiteatro do Pavilhão  
4 Manoel Soares Sarmiento, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no campus  
5 de Jequié, em segunda convocação, presidida por Márcia Santos Lemos (presidente),  
6 Sofia Manzano (vice-presidente) e Haroldo Mendes (diretor sindical), onde estiveram  
7 presentes os cento e vinte e um assinantes da lista de presença em anexo, com a seguinte  
8 pauta aprovada: 1. Informes; 2. Ataque aos direitos trabalhistas: medidas e estratégias  
9 de luta; 3. Delegação ao Congresso do Andes SN – vagas remanescentes. **1. Informes.**  
10 Márcia Lemos, em nome da mesa, prestou os seguintes informes. O projeto de lei  
11 número 21.599 (substitutivo à Lei 7.176) está na Assembleia Legislativa da Bahia  
12 aguardando votação em plenário. **2. Ataque aos direitos trabalhistas: medidas e**  
13 **estratégias de luta.** Márcia Lemos prestou os informes sobre o ponto. Informou acerca  
14 do projeto de lei 21.631/15 do Governo Rui Costa, encaminhado para a Assembleia  
15 Legislativa no dia 25 de novembro. O PL, considerado já o “pacote de maldades” de  
16 Rui Costa, prevê a ampliação do tempo para a concessão de estabilidade econômica de  
17 funcionários(as) que ocupam cargos públicos, como diretores(as) de departamentos e  
18 coordenadores(as) de colegiados, de 10 para 15 anos; impede o acúmulo de licença  
19 prêmio, sob penalidade de prescrição; também revoga parte do artigo 33 e o artigo 35 do  
20 Estatuto do Magistério Superior que versa sobre licença sabática – afastamento para  
21 realização de pesquisa por professores – configurando-se em um claro golpe à carreira  
22 docente. Rui Costa propõe alterar a constituição baiana para adequá-la ao projeto de lei  
23 encaminhado, além de colocar fim nas procuradorias jurídicas que serão substituídas  
24 pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). A diretoria da Adusb esteve reunida com o  
25 assessor jurídico do sindicato, Erick Menezes, na tarde dessa segunda (30), e discutiu  
26 algumas das implicações desse projeto para a carreira da categoria. No entendimento de  
27 Menezes, mesmo com a aprovação do projeto, direitos adquiridos como férias e licenças  
28 já vencidas devem ser garantidos. Um estudo mais detalhado sobre o PL será produzido  
29 e apresentado ao sindicato. O momento é grave e todos os direitos regulados em leis  
30 estão ameaçados pelo governo administrado pelo Partido dos Trabalhadores, com a  
31 conivência da Assembleia Legislativa da Bahia. A justificativa apresentada pelo Estado  
32 para o projeto é “minorar custos com afastamentos, corrigir distorções e excessos, além  
33 de garantir o equilíbrio financeiro-orçamentário”. Desse modo, o governo trata direitos  
34 consolidados como gasto para os cofres públicos. Deixa claro também seu

35 posicionamento de fazer caixa com os salários dos(as) servidores(as). Tentará retirar e  
36 restringir direitos para gerar superávit e pagar juros da dívida pública, ou seja, repassar  
37 recursos do povo para o sistema financeiro. A Adusb esteve mobilizada no dia 1 de  
38 dezembro, em uma importante manifestação na ALBA para impedir a votação dos PLs.  
39 O ato também objetivou cobrar a emenda à Lei Orçamentária Anual que garante o  
40 investimento adequado para as universidades. Sobre o corte do adicional de  
41 insalubridade, no dia 01 de dezembro o Fórum das Ads se reuniu com o superintendente  
42 da Secretaria de Administração, Adriano Tambone, e o chefe de gabinete da Secretaria  
43 de Relações Institucionais, Martiniano José Costa, para discutir o corte do adicional de  
44 insalubridade e outras questões trabalhistas. O Movimento Docente fez duras críticas ao  
45 procedimento adotado pelo governo de retirada do direito e cobrou agilidade na  
46 resolução do problema. Mesmo com a defesa dos professores, a SAEB manteve o  
47 posicionamento do corte. No mês de novembro, os professores das Universidades  
48 Estaduais foram surpreendidos com a suspensão do pagamento do adicional de  
49 insalubridade. Quase 850 docentes da UESB, UESC, UNEB e UEFS tiveram seus  
50 direitos suprimidos. O Fórum das ADs questionou a metodologia adotada e o uso  
51 indevido de uma portaria revogada para orientar a categoria a preencher a  
52 documentação solicitada e deixou claro seu posicionamento contrário à arbitrariedade  
53 do Estado. Embora esteja ciente das medidas jurídicas adotadas pelas Associações  
54 Docentes e reconheça as críticas recebidas, a SAEB afirmou que manterá a metodologia  
55 do momento. O superintendente de Recursos Humanos informou ainda que não há  
56 possibilidade de restabelecimento do pagamento, inclusive sua retroatividade, antes da  
57 conclusão da revisão. De acordo com Tambone, os processos encaminhados  
58 anteriormente pelas reitorias não foram instruídos corretamente e não atendem às  
59 orientações repassadas pela SAEB. Em alguns casos não houve o envio físico da  
60 documentação, apenas digital. Voltou a afirmar também que as Universidades foram  
61 notificadas desde setembro sobre a necessidade de envio da documentação de todos os  
62 servidores (professores e técnicos) que exerciam atividades insalubres. Já a  
63 administração da UESB informou, em reunião do Conselho Superior (CONSU), que em  
64 setembro recebeu a solicitação de informações apenas dos técnicos e somente no final  
65 de outubro o requerimento dos docentes foi feito pelo governo. Segundo a SAEB, para  
66 o reestabelecimento do pagamento será necessário encaminhar documentação para  
67 ingresso com novo processo do adicional de insalubridade. Diante disso, o Fórum das  
68 ADs solicitou ao Governo que fosse formulada uma circular com orientações explícitas  
69 sobre a montagem da documentação, bem como a criação de um canal para atendimento  
70 direto com a SAEB. O superintendente se comprometeu a encaminhar as orientações às  
71 reitorias e Associações Docentes. Além disso, verificará a viabilidade da  
72 disponibilização do canal de atendimento. A metodologia de análise empregada pelo  
73 governo será a divisão dos processos em suas categorias: direito evidente e não  
74 evidente. A primeira será composta pelos requerimentos em que somente a  
75 documentação comprova o direito ao adicional. A segunda constará situações em que  
76 poderão ser solicitadas informações complementares, como nova perícia. Além da  
77 pressão política, a Adusb também tem investido na via jurídica para acelerar o  
78 reestabelecimento do direito. No dia 27 de novembro, o assessor jurídico da Adusb,

*Ph, le my*

79 Erick Menezes, esteve em Salvador diligenciando o andamento do Mandado de  
80 Segurança, apresentou toda a documentação que comprova a ilegalidade do  
81 procedimento adotado pelo governo Rui Costa e solicitou a imediata apreciação do  
82 pedido de liminar do Mandado de Segurança. Embora o mandado seja um dos  
83 procedimentos mais ágeis no meio jurídico, o parecer da liminar ainda não foi emitido.  
84 O processo encontra-se em trâmite regular e outro será impetrado na próxima semana  
85 para os filiados que não ingressaram com a primeira ação. Após os informes, a  
86 assembleia debateu exaustivamente o tema e diante desse cenário insustentável, a  
87 categoria apresentou profunda indignação com a postura do governo Rui Costa e  
88 mostrou total disposição para a luta contra tais medidas. Os(As) professores(as)  
89 entendem que somente por meio da pressão política, com mobilização, será possível  
90 fazer o enfrentamento duro contra o governo. A categoria também cobrou  
91 posicionamento da reitoria da UESB sobre a retirada de direitos e interferência na  
92 autonomia universitária. Os seguintes encaminhamentos foram aprovados: 1)  
93 Paralisação estadual em data a ser acertada com a Fetrab; 2) Mobilização e ato na AL-  
94 BA em Salvador, em data a ser confirmada com a Fetrab; 3) Atuar nos Conselhos da  
95 Universidade no sentido de cobrar da Reitoria que se posicione em defesa da  
96 comunidade universidade e de sua autonomia; 4) Paralisação de todas as atividades da  
97 Uesb por uma semana, de 07 a 11 de dezembro, com correspondência à Reitoria,  
98 informando os prejuízos, e solicitando a celeridade na análise do processo; 4.1)  
99 Programar, durante essa semana, ações de divulgação/propaganda para denunciar à  
100 comunidade os acontecimentos; 4.2) Comissão de mobilização de Jequié: Marcos,  
101 Ivone, Lira, Cássio, Charles, Ricardo, Baraquísio, Jefferson, Poliana, Rodrigo,  
102 Claudinéia. Itapetinga: Robério e Elson Lemos. Vitória da Conquista: Alexandre  
103 Carvalho, Sérgio Barroso, Márcia Lemos, Sofia Manzano; 5) Que o Fórum das ADs  
104 faça material denunciando os deputados que votam contra os direitos dos trabalhadores  
105 do Estado em suas bases eleitorais. A suspensão de atividades da Uesb aprovada na  
106 assembleia é um protesto contra uma série de ataques aos direitos trabalhistas  
107 promovidos pelo Estado da Bahia. **3. Delegação ao Congresso do Andes SN – vagas**  
108 **remanescentes.** A mesa informou que, em função da desistência de dois filiados como  
109 delegados, ainda há duas vagas para o Congresso. A assembleia aprovou os nomes de  
110 Jorge Costa e Jorge Barros como delegados e o de Sérgio Barroso como observador.  
111 Nada mais havendo a tratar, às 13 horas, eu, Cleide de Lima Chaves, secretária geral,  
112 lavro esta ata que será assinada por mim e pela presidenta Márcia Santos Lemos.

*Cleide de Lima Chaves*  
*Márcia Santos Lemos*